

HAVIA PERIGO?

Ten-Cel WALTER MESQUITA DE SIQUEIRA
Oficial de Estado-Maior

Talvez muitos dos leitores ainda tenham no fundo de suas consciências, algumas perguntas a fazer, ligadas com o movimento revolucionário de março de 1964.

Talvez alguns ainda pensem: "Por que foi feita a revolução? Havia perigo, realmente?"

Para que cheguemos à conclusão de que estávamos ou não na iminência de sofrer um golpe de estado, por parte dos que ocupavam o poder, no início do ano passado, é preciso conhecer um pouco da técnica comunista.

Vejamos, então, alguma coisa sobre isto:

Quando Marx e Engels, os pais do comunismo viveram, no século passado; na Europa se processava a revolução industrial, isto é, os homens passavam do artesanato quase que individual, para a fase da produção em massa, característica da indústria.

Era a época do liberalismo absoluto, o que quer dizer que o Estado não podia, nem devia, interferir nas atividades individuais, particularmente, no campo econômico. Cada patrão fixava o salário dos empregados, e o número de horas que cada um deles devia trabalhar. Os sindicatos eram proibidos em alguns países, e quando muito, tolerados em outros.

Não havia defesa nem proteção para o homem que trabalhava para ganhar o seu sustento e o de sua família. Era a vigência da Lei do mais forte.

Aqui vale notar que, além de Marx e Engels, também o Papa Leão XIII, em sua encíclica "Rerum Novarum", criticou a concepção que vigorava e que regia as relações entre patrões e empregados.

Hoje, todos nós sabemos que isto foi corrigido. O estado interfere nas relações econômicas entre Capital e Trabalho.

Hoje, há um salário mínimo. Hoje, os salários variam com as condições de salubridade.

Hoje, é obrigatório o pagamento de horas extraordinárias, quando o trabalho tem que ser prolongado para além das horas normais.

Pensarão os leitores, então não há mais razões para o comunismo explorar?

Infelizmente, elas ainda existem, no campo das relações entre patrões e empregados, na questão do direito de propriedade e particularmente no que concerne às relações entre nações desenvolvidas e subdesenvolvidas.

Sob êsses aspectos convém aqui lembrar o que está escrito na encíclica "Mater et Magistra" do Papa João XXIII, sobre o trabalho no campo:

"É indispensável que exista o empenho, sobretudo dos poderes públicos, em que nos ambientes agrícolas se desenvolvam como convém, os serviços essenciais: estradas, transportes, água potável, instrução técnica e profissional, meios recreativos e tudo que requer a casa rural em elementos que proporcionem um nível de vida digno. Sem o que, o desenvolvimento económico e o progresso vêm a tornar-se impossíveis ou demasiados lentos".

E mais adiante diz João XXIII:

"A questão social hoje é de dimensão planetária, ultrapassando os limites da luta de classes, proposta por Marx, em torno do direito de propriedade, para ser formulada também em termos de oposição entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, esta, em torno das disponibilidades de áreas aproveitáveis economicamente e da entrada e saída de capital estrangeiro".

Assim sendo, fica demonstrada a existência de problemas a resolver, fica patenteado o fato de que há campo para os comunistas agirem.

Vejamos então como êles executam sua tarefa para a conquista do poder e para o estabelecimento da ditadura do Partido Comunista.

Segundo os seus pontos de vista, as bases fundamentais da nossa sociedade devem ser debilitadas e destruídas, as divergências existentes devem ser aguçadas e exacerbadas para se chegar à destruição das reservas morais dos grupos e dos indivíduos. Tudo isto pode ser obtido através de uma adequada aplicação de procedimentos individuais e coletivos a cargo de especialistas, que atuam de forma padronizada.

Com a adoção de idéias-fôrça o Comunismo se apresenta como desejando lutar em favor de idéias e ideais que são sempre bem recebidos no seio da população de qualquer país, como por exemplo:

- libertação nacional;
- eliminação da exploração estrangeira;
- desenvolvimento;

- justiça social;
- eliminação da corrupção.

Assim, um pequeno grupo de comunistas inicia suas atividades, visando ao domínio das massas, buscando a participação ativa de homens, mulheres e crianças, de acôrdo com as respectivas capacidades físicas e com o tipo de atividade exercida no grupo social a que pertencerem.

Sabendo os comunistas que a massa popular é constituída por três grupos:

- os que pretendem tranqüilidade e ordem, que são a maioria;
- os permanentemente descontentes, fáceis de serem levados à subversão, a minoria;
- os indiferentes e sem ânimo, que constituem um grupo reduzido; passam eles a trabalhar no sentido de tornar concreto o conceito de Lenine que diz: “não são as populações que preparam as revoluções, preparam-se as populações para fazê-las”.

Nesse sentido, o trabalho de infiltração comunista, se faz, nos sindicatos, nos meios estudantis, nos meios intelectuais e sobretudo na aparelhagem governamental.

Esse é o caminho para a conquista da população que, se não é obtida com facilidade, é buscada pelo terror que, quando implantado, corta a vinculação entre a população e o govêrno legal, criando inicialmente a desconfiança e a indiferença para chegar, até mesmo, à desobediência.

Os comunistas passam a executar então um duplo papel: aparecem como vanguardeiros das mais profundas aspirações do povo, mas, ao mesmo tempo, através dos seus camaradas, admiradores e inocentes úteis, que ocupam funções no govêrno, entram e impedem que sejam dadas boas soluções que possam vir a solucionar qualquer daquelas aspirações.

Em realidade, eles não querem dar solução a coisa alguma, querem, somente, ter o poder político em suas mãos.

Era essa a situação nacional, no início do ano de 1964.

A maioria dos sindicatos e das organizações estudantis estava sendo dirigida ou pelo menos secretariada por comunistas que para se eleger, venciam pelo cansaço.

Nessas entidades, as eleições eram marcadas para um determinado dia, suponhamos às cinco horas da tarde. Nessa hora, a sede da organização estava cheia e havia, digamos 90% de profissionais ou de estudantes não comunistas para 10% de comunistas.

Iniciavam estes um trabalho de retardo. Cada um pedia a palavra e pronunciava uma arenga qualquer para gastar tempo. Às 8 horas da noite mais da metade dos que lá tinham ido para votar, já havia abandonado o local e ido embora. O processo prosseguia até que os 10%

de comunistas fossem maioria. Nesse momento, era iniciada a votação, da qual sempre resultava vencer a chapa que lhes era conveniente.

Quanto à administração pública, era notória a freqüente nomeação de vermelhos para funções de chefia, particularmente, aquelas destinadas a tratar de assuntos relacionados com pessoal.

E tivemos, principalmente, nas grandes cidades, greves por qualquer motivo ou sem motivo algum, sempre nas horas de maior movimento, buscando com isto, irritar a maioria da população.

Nos meios intelectuais, sob a capa da liberdade de pensamento, homens que, por sua maior inteligência e cultura, tinham a obrigação de perceber que estavam servindo de instrumento, ao invés disto, se deixavam levar e faziam côro com as manifestações da extrema esquerda. Algumas vêzes por falta de percepção, outras por esnobismo, quando se autotransformavam como pensadores avançados.

No magistério médio e superior, o próprio Ministério da Educação, infiltrado fortemente, editou cartilhas e livros de história do Brasil, com a mais completa inversão dos valores por nós consagrados.

O trabalho comunista era intenso e se realizava em todos os setores. Até mesmo dentro das Forças Armadas era procurado a todo o custo promover o total desentendimento entre oficiais e sargentos.

Sabiam eles que quebrada a hierarquia, viria a indisciplina e com ambas a destruição das Forças Armadas, que representavam o maior obstáculo às suas pretensões de poder.

Os leitores devem se lembrar da insurreição de Brasília.

Portanto, é fora de dúvida. Havia muito perigo de o Brasil passar a uma forma de governo não democrática há um ano atrás.

Talvez agora, diante da explicação anterior, tenha se formulado nas suas mentes uma nova pergunta:

Como o Exército percebeu tudo isto? Nas vésperas da revolução?

Os Exércitos de hoje por força do progresso realizam atividades de maior transcendência, exercem influência em assuntos econômicos e de política interna e internacional, participam de problemas industriais, de obras de engenharia e da resolução de problemas de toda ordem.

O Exército Brasileiro acha-se distribuído por todo o Território Nacional, atuando como elemento de integração, seja pela cooperação no desenvolvimento sócio-econômico das regiões onde estão sediadas suas organizações, seja pela criação de uma consciência cívica nos cidadãos que devolve à sociedade após a conclusão do serviço militar.

O crescimento vegetativo da população, a ampliação das nossas possibilidades industriais, os nossos problemas de transportes provocam alterações na estrutura do País, com repercussão no campo militar.

A luta pelo bem-estar, as reivindicações sociais das classes mais baixas, o nacionalismo e a campanha contra o subdesenvolvimento em

que ainda nos encontramos são elementos que trazem à tona as contradições existentes em nosso País, prestando-se, portanto, à propaganda dos comunistas que, com habilidade, procuram manter aguçados os pontos de fricção existentes ou senão criar novos, quando aquêles são ultrapassados ou não possuem suficiente calor explosivo.

Isto pôsto, é evidente que se tornam necessárias, não só medidas de segurança para o regime, mas também e principalmente, é preciso desencadear uma campanha de esclarecimento nacional, quanto às finalidades do comunismo, seus objetivos, sua forma de atuar para que se possa chegar à sua neutralização.

De há muito que o Exército sabe que essa neutralização só é possível através da crença geral de que as conquistas humanas, mesmo no campo econômico, podem ser realizadas sem deslocamento para a extrema esquerda.

Assim, mediante um permanente estudo da situação brasileira e uma análise contínua da conhecida técnica comunista, aplicada aos problemas nacionais, não nos foi difícil verificar a tendência do governo anterior.

Era visível o desinteresse do Executivo no sentido de diminuir o grau de agitação pública, era claro que a autoridade federal não queria ver o perigo que corriam as propriedades públicas e privadas, era evidente a conviência dos que exerciam o poder, no sentido de alterar os preceitos constitucionais que se opunham às suas tendências, era transparente o seu trabalho no sentido da quebra da hierarquia e da disciplina, em todos os setores da atividade.

Tanto isto estava sendo observado e analisado, que, em 1962, numa conferência para militares, foi abordado o art. 5º da Lei n. 1.802, de janeiro de 1953, que define os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social, que considera crime:

“Tentar diretamente e por fato mudar, por meios violentos a Constituição, no todo ou em parte, ou forma de governo por ela estabelecida.

“Pena: reclusão de 3 a 10 anos aos cabeças e de 2 a 6 anos aos demais agentes, quando não couber pena mais grave.

“Parágrafo único. A pena será agravada de um terço quando o agente do crime fôr o Presidente da República, etc.”

Assim, a revolução de 31 de março, não foi uma ação isolada e intempestiva, tudo foi feito para recolocar o governo de então na linha constitucional.

Não foi possível fazê-lo. Os comunistas do governo de então sabiam que estavam sendo observados e analisados, sabiam que as Forças Armadas e a maioria do País não estavam de acôrdo com uma forma de governo inconstitucional: Sabiam disso.

Tanto que, no mês de março de um ano atrás, eles tentaram violentar os acontecimentos e conduziram uma sucessão de fatos, destinados a promover a decisão final.

Quero me referir ao comício do dia 13, em frente à Estrada de Ferro Central do Brasil, ao lado do Ministério da Guerra. Era uma tentativa de coação ao Exército, visava a demonstrar que os militares estavam errados, que o povo estava em uma linha diferente.

O comício terminou, sem que dêle resultasse a exaltação que esperavam dêle decorreria.

Poucos dias depois, houve a revolta dos marinheiros.

Apesar de nela terem ocorrido, pelo menos diversas transgressões disciplinares, que são passíveis de punição, não houve a aplicação dos Regulamentos Disciplinares que regem a vida dos quartéis, por ordem direta da Presidência da República.

Finalmente, na noite de 30 de março, foi realizada a reunião no Automóvel Clube. Uma homenagem dos sargentos ao Presidente foi transformada numa violenta manifestação.

Quem, assistiu o espetáculo *in loco* ou pela televisão, ficou estupefato de ver o próprio Presidente, sem demonstrar o menor respeito pelo cargo que ocupava, e sem exigir dos demais a consideração devida à majestade da função de primeiro mandatário, repito, ficou estupefato com a sua exaltação, o seu nervosismo, o descontrôle de que estava possuído.

Era visível que estava sentindo a proximidade do fim. E estava certo. Era o fim. O dia 31 de março amanhecia.

E dirão então os leitores, se eles dominavam o govêrno, porque não reagiram ao 31 de março?

Reagiram sim. Tentaram fazê-lo. Mas não foram bem sucedidos.

Senão vejamos. Logo que chegaram notícias do movimento de tropas de Minas Gerais, rumo ao Rio, o I Exército foi mobilizado e a tropa foi mandada para dominar os pontos de chegada à antiga capital. As estações de radioemissão foram ocupadas, e os discursos destinados a inflamar a massa foram se sucedendo sem atingir os objetivos desejados.

Além da Serra das Araras, houve o encontro das tropas. E o que sucedeu?

Os oficiais e os sargentos do I Exército não podiam estar de acôrdo em lutar pela indisciplina, não podiam dizer nada aos seus soldados, nem mesmo a si próprios, nada que os levasse à exaltação para lutar até à morte. Não havia valores morais a serem defendidos. Estes estavam todos com as forças que vinham de Minas e São Paulo.

A confraternização era o que tinha que ocorrer, como sucedeu. Era um só Exército Brasileiro, um só ideal de brasilidade e não podia haver luta. Mais uma vez se tornou evidente a união entre as Forças Armadas.

Sem o apoio dos militares e sem o apoio da população, os chefes fugiram e foram para o Rio Grande do Sul.

Tentaram, em última instância, inflamar a boa gente gaúcha e não o conseguiram também.

Nada mais a fazer, senão o exílio.

A reação que houve foi a do povo e a de suas Forças Armadas que repudiaram, desprezaram os homens que nos queriam impor condições de vida não democráticas, um regime que não dá ao homem a hierarquia primordial que lhe corresponde, um sistema que desconhece a dignidade suprema da pessoa humana e que restringe indevidamente a liberdade.

E hoje comemoramos o aniversário da revolução.

É lícito perguntar: **o que pretendem os revolucionários?**

Um Brasil grande, feliz, digno do esforço dos nossos antepassados que no-lo legaram, cheios de esperança no futuro.

A tarefa é imensa. Estávamos habituados a governos paternais, onde dominava o favoritismo e a proteção. Estamos fazendo o possível para dar validade à expressão de que todos são iguais perante a Lei.

Com menos de um ano de exercício, o governo da República já marcou sua personalidade, traçou diretrizes nos campos econômico, administrativo, social e político, e as está seguindo sem se preocupar com obter popularidade, adotando medidas nem sempre simpáticas, mas coerentes com as diretrizes que adotou e convicto de que elas conduzirão aos resultados por todos nós almejados.

Julgamos que conseguirá concretizar as metas escolhidas.

No campo da administração pública, promoveu um forte ataque à corrupção que o dominava, exigindo de todos muito trabalho e seriedade no desempenho da função.

Hoje há segurança para quem trabalha.

Não há mais greves sem razão ou com razões obscuras de natureza política ou ideológica. O trabalho se processa seja no campo estatal seja no privado, com condições normais, de entendimento entre os que dele participam.

No campo político, o governo pugna pela realização das reformas necessárias à estrutura do País.

O Poder Legislativo foi mantido na posse integral de suas prerrogativas. A oposição, necessária ao debate democrático, existe e se realiza livremente.

Procura-se agora uma valorização dos Partidos Políticos. É desejo de todos vê-los mais expressivos, mais representativos de uma linha doutrinária. É preciso que em futuro não muito longínquo nós possamos vir a votar nos candidatos de um Partido, não unicamente pela expressão pessoal do homem, mas principalmente pelo programa do Partido, que o escolheu como candidato.

Ainda no setor dos Partidos, a despeito da dificuldade de o conseguir, é necessária a certeza de que eles deverão impedir, em suas filei-

ras, o ingresso de candidatos à carreira política que não pautem sua vida pública pela seriedade, a despeito do número de votos que eventualmente possam trazer para o Partido.

Temos que pugnar para tornar nula a presença de aventureiros na carreira política.

Ela deve ser dignificada como de fato merece.

No campo econômico, talvez o mais sensível, os esforços estão sendo gigantescos.

O combate à sonegação, ao lucro extraordinário, à ganância, está sendo travado. Os resultados ainda não estão nítidos, mas virão integralmente por certo.

A distribuição da riqueza e da propriedade visa a que todos devem possuir algo de seu. E aqui poderíamos aproveitar o que disse FULTON SHEEN:

“Há três soluções possíveis para o problema da propriedade. Consideremos os bens como ovos e os indivíduos como cestas.

Uma solução é pôr todos os ovos em algumas poucas cestas, como na doutrina capitalista; outra, é fazer uma omeleta com todos os ovos, de modo a que não pertençam a ninguém, como no comunismo.

A última solução consiste em distribuir todos os ovos pelo maior número de cestas, que é a solução da Igreja”.

A revolução busca o equilíbrio nas relações entre os homens, entre estes e o Estado, entre as diversas regiões do Brasil, e, no campo inter-racional, entre o nosso País e os demais, tôdas sujeitas aos mesmos perigosos desnivelamentos.

O que a revolução pretende é um Brasil Grande.

O que nós brasileiros pretendemos é um Brasil gigantesco.

Há portanto identidade de pontos de vista e de objetivos. Mas, isto não é suficiente, só o anseio não basta, é necessária total congregação de esforços.

Agora que sabemos que não caminhamos para nenhuma extrema, agora que estamos convictos de que todos desejamos tudo de bom para o Brasil, podemos deixar de lado as pequenas disputas, normais em todos os grupos sociais, para nos unirmos nesta arrancada em busca do almejado bem estar.

De todos nós, governantes, políticos, industriais, comerciantes, patrões, empregados, civis e militares, adultos, velhos, crianças ou jovens a Nação espera um esforço supremo que nos conduza a posição de País desenvolvido.

Se conseguirmos nos livrar do comunismo, poderemos muito mais facilmente nos desquitir do subdesenvolvimento.

Para isso é bastante que nos dediquemos às nossas tarefas, que façamos o melhor, dentro das nossas atribuições.

A Pátria nos agradecerá e atingirá as proporções que nós sonhamos ela viria a ter um dia.